

- 89 - CARMEN LÚCIA PESSOA DA SILVA - 4.252.195
 99 - ROGÉRIO LUIZ SCAPINI - 11.487.756
 109 - EDSON DE FREITAS - 8.331.021
 119 - ARNALDO LOPES COLOMBO - 7.978.092
 129 - CELY SAAD ABOUD - 12.753.523
 139 - ANAENZA FREIRE MARESCA - 8.563.412
 149 - ALEXANDRE LUIZ DE GONZAGA PINHO LINS - 9.314.887
 159 - ELENÍ APARECIDA BEDAQUE - 8.383.386
 169 - VALDILEYA GONÇALVES VELOSO DOS SANTOS - 5.372.481-1
 179 - LUCAS ALBERTO MEDEIROS - 10.731.832
 189 - IVELISE MARIA MOREIRA - 7.822.821
 199 - PAULO DE TARSO LIMA DONDA - 4.157.780-8
 209 - FÁTIMA MARIA VENÂNCIO PORFÍRIO - M.781.990-MG
 219 - MIRIAM ELIA CASTILHO RAYMUNDO - 6.320.685

Obs.: Os candidatos inscritos sob os números a seguir relacionados, não compareceram na prova:
 00007 - 00015 - 00022.

(25)

Faculdade de Medicina

Edital 7-88-DAS.

O Diretor da Divisão de Administração, CONVOCA os candidatos a baixo relacionados habilitados em Concurso Público, para provido mediante admissão das funções autárquicas de: Auxiliar de Administração Geral I, Enfermeiro I, Médico I - Área de Anestesiologia Clínica, Assistência Ventilatória e Reanimação e Técnico de Laboratório I - Área de Imunopatologia e Área de Citopatologia, para comparecerem no prazo de 5 dias úteis contados da data da primeira publicação deste Edital, junto ao Orgão de Pessoal desta Unidade, sito no Distrito de Rubião Júnior, s/nº - Botucatu-SP, para anuência à admissão e apresentação dos documentos comprobatórios das condições exigidas no Edital de Abertura de Inscrições, munidos de:

- 1 - Fotocópia da Cédula de Identidade (2 vias);
- 2 - Fotocópia do título de Eleitor e prova de estar em dia com as obrigações eleitorais;
- 3 - Fotocópia do comprovante de estar em dia com as obrigações militares;
- 4 - Fotocópia do documento de escolaridade correspondente ao:
 - Curso de 12 grau completo ou equivalente, para a função autárquica de Auxiliar de Administração Geral I;
 - Superior completo em Enfermagem e registro no Conselho Regional de Enfermagem, para a função autárquica de Enfermeiro I;
 - Superior completo em Medicina e registro no Conselho Regional de Medicina, para a função autárquica de Médico I;
 - Curso de 29 grau completo ou equivalente, suplementado por conhecimentos específicos adquiridos através de cursos, treinamento ou prática de serviço, para a função autárquica de Técnico de Laboratório I.

Os candidatos deverão apresentar-se ainda, munidos de:

- 5 - Fotocópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;
- 6 - Fotocópia dos cartões de inscrição no PIS ou PASEP e CIG;
- 7 - 4 Fotos 3x4 recentes (com ou sem data);
- 8 - 1 Selo de Assistência Médica.

O não comparecimento dos candidatos no prazo acima estabelecido, bem como a recusa à admissão, ou consultados e admitidos, deixam de entrar em exercício, terão exauridos os direitos decorrentes de sua habilitação no concurso.

AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO GERAL I
 SEGUE: CLASSIFICAÇÃO - NOME - RG.
 929 - Arivaldo Raymundo - 6.702.683
 939 - Eliana Aparecida Souza - 19.682.984
 ENFERMEIRO I
 SEGUE: CLASSIFICAÇÃO - NOME - RG.
 502 - Márcia Regina N. Ribeiro - 11.448.769

MÉDICO I
 ÁREA: ANESTESIOLOGIA CLÍNICA, ASSISTÊNCIA VENTILATÓRIA E REANIMAÇÃO

SEGUE: CLASSIFICAÇÃO - NOME - RG.
 49 - Shioeli Babazono - 10.466.348

TÉCNICO DE LABORATÓRIO I

ÁREA: IMUNOPATOLOGIA

SEGUE: CLASSIFICAÇÃO - NOME - RG.
 39 - Márcio Alves da Cunha - 3.994.861

ÁREA: CITOPATOLOGIA

SEGUE: CLASSIFICAÇÃO - NOME - RG.
 39 - Ana Rosa Correa Nota - 12.286.852

(25-26-29)

Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia

Edital 3/88-D

Acham-se abertas, pelo prazo de 30 dias, contados a partir de 24 de março de 1988, as inscrições ao Concurso Público de Títulos e Provas para provimento de 1 (hum) Cargo de Professor-Assistente, em RDID junto ao Departamento de Melhoramento Zootécnico e Nutrição Animal da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (disciplina de Melhoramento Genético Animal).

As inscrições deverão ser feitas na Seção de Pessoal da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia do Campus de Botucatu, de segunda a sexta-feira, das 8 às 11,30 e das 13,30 às 18 horas.

O edital na íntegra foi publicado no D.O. de 25-3-88, página 29, Seção I.

(26-29)

Instituto de Biociências

Edital 14-88-SP-1B

Acham-se abertas, nos termos da Resolução Unesp-16, de 31-3-78, publicada em 7-4-78, por um período de 30 dias, a partir da primeira publicação deste Edital, de segunda a sexta-feira, das 9 às 11 e das 14 às 17 horas, na Seção de Pessoal do Instituto de Biociências do Campus de Botucatu (Distrito de Rubião Júnior), as inscrições ao Concurso Público de Títulos e Provas para provimento de 1 Cargo de Professor Assistente, em RIDP, junto ao Departamento de Microbiologia e Imunologia - Disciplina de Imunologia, do Instituto de Biociências do Campus de Botucatu.

Demais informações serão prestadas pela Diretoria do Instituto de Biociências do Campus de Botucatu.

O edital na íntegra foi publicado no D.O. de 24-3-88, página 32, Seção I.

(25-26)

CAMPUS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas

Aviso

A abertura dos envelopes 2 (proposta) relativa à Tomada de Preços 1/88 para a construção de um prédio para salas de aula, gabinete de docentes, elaboração de projeto estrutural de um Caixa d'água e sua construção, dar-se-á no dia 28-3-88 às 14 horas.

(26)

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

Acham-se abertas na Escola Técnica Estadual Jorge Street, à Rua Bell'Aliance, 149, Jardim São Caetano, em São Caetano do Sul, inscrições para o processo seletivo para contratação de:

Professores nas áreas de: Eletricidade - disciplinas: Prática Profissional em Eletricidade, Máquinas Elétricas, Instalações Elétricas, Desenho Técnico em Eletricidade, Eletrotécnica e Controles Elétricos; de Mecânica - disciplinas: Prática Profissional em Mecânica, Tecnologia dos Materiais, Ensaios Tecnológicos dos Materiais e Metalografia; de Eletrônica - disciplinas: Prática em Eletrônica, Eletrônica Geral e Microprocessadores, sob o regime da CLT, nos dias 28, 29 e 30-3-88;

Auxiliares de Instrução, nas áreas de Mecânica e Eletricidade, sob o regime CLT, nos dias 28, 29 e 30-3-88.

No ato da inscrição serão fornecidas, ao candidato, as condições e as exigências que regem o presente processo seletivo.

(26-29-30)

MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O Ministério Público do Estado de São Paulo, em razão do convênio celebrado com a Funabem - Fundação Nacional do Bem Estar do Menor, está contratando, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, um Pedagogo.

O salário mensal, atualmente é de Cz\$ 8.386,93, correspondente ao valor do padrão 10-A, EV 3, Tab. 1, acrescidos de gratificação, instituída pela LC 467/86, no valor de Cz\$ 2.660,95 e mais Cz\$ 7.733,51, referente ao reajuste concedido pela LC 535/88, perfazendo um total de Cz\$ 18.781,39, devendo o contratado trabalhar 40 horas semanais, no horário das 11 às 19 horas, de segunda a sexta-feira.

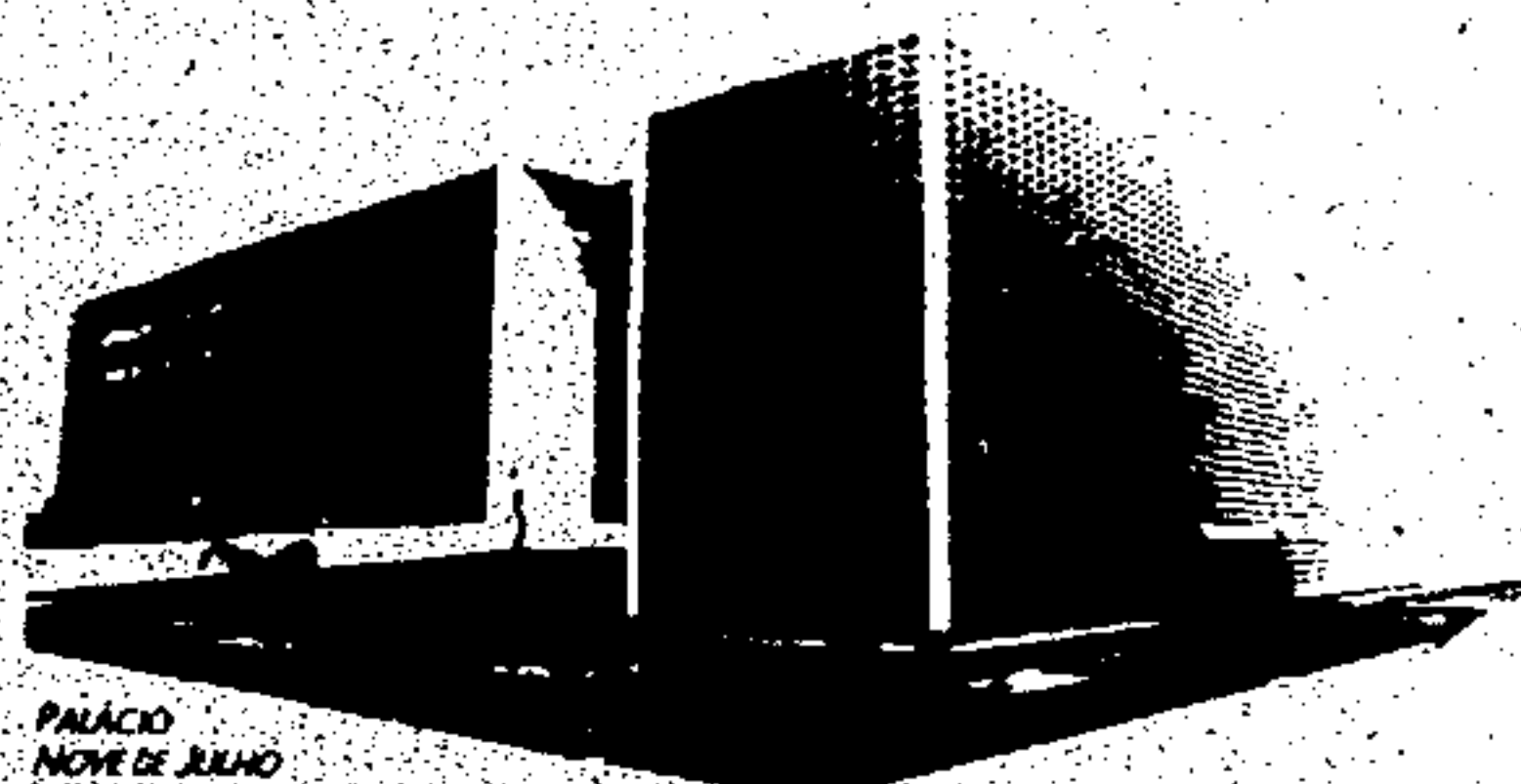
Referido salário será reajustado nas mesmas épocas e percentuais em que ocorrer o reajuste dos funcionários públicos estaduais de igual qualificação à do contratado.

Os interessados serão atendidos pelo Dr. Munir Cury, Digníssimo Coordenador das Curadorias de Menores do Estado de São Paulo, na Praça da Liberdade, 190 - 8.º andar, sala 82, nos dias 6 e 7 de abril p.f., no horário das 9 às 11 horas.

Nas ocasiões deverão apresentar "currículo vitae" e submeter-se a entrevista que será realizada.

Oportunamente, será divulgado o nome do profissional que será contratado.

(26)



DECRETO LEGISLATIVO N.º 202, DE 25 DE MARÇO DE 1988

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "j" do inciso II do artigo 14 da VI Consolidação do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Artigo 1.º - É aprovada a indicação do doutor Antônio Roque Citadini, para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Artigo 2.º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 25 de março de 1988.

a) LUIZ BENEDICTO MÁXIMO, Presidente

a) Jurandyr Paixão Filho, 1.º Secretário

a) Arthur Alves Pinto, 2.º Secretário

ATO N.º 2, DE 1988

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe conferem os artigos 18, inciso III, alínea "a", e 27, "caput", da VI Consolidação do Regimento Interno, e de conformidade com a indicação do Senhor Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, nomeia o Deputado Luiz Francisco, em virtude da renúncia do Deputado Laerte Pinto, membro efetivo do Grupo de Trabalho constituído com a finalidade de estudar o problema social do alcoolismo e da toxicomania, e o Deputado Sebastião Bogner, membro substituto daquele Grupo.

Assembleia Legislativa, em 24 de março de 1988:

a) LUIZ BENEDICTO MÁXIMO, Presidente

OFÍCIO

São Paulo, 16 de março de 1988.

Of. n.º 0145/88

Senhor Presidente:

Com meus cordiais cumprimentos, pelo presente, vimos solicitar os bons ofícios de Vossa Excelência no sentido de que, por motivos particulares, seja excluído meu nome como Membro Efetivo do "Grupo de Trabalho constituído para estudar a problemática Social do Alcoolismo e da Toxicomania".

Agradecendo a distinção de nossa indicação para integrar o referido Grupo de Trabalho e, reconhecendo a importância do assunto em causa, lamentamos não poder participar dos trabalhos do Grupo por motivos que independem de nossa vontade.

Com elevado apreço e distinta consideração, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,

a) Laerte Pinto

Exmo. Sr.

Luiz Benedicto Máximo

MD, Presidente da Assembleia Legislativa

São Paulo - Capital

OFÍCIO

Senhor Presidente

Indico, nos termos regimentais, o Deputado Luiz Francisco membro efetivo do Grupo de Trabalho constituído para estudar a problemática social do alcoolismo e da toxicomania para a vaga ocorrida com a renúncia do Deputado Laerte Pinto e o Deputado Sebastião Bogner membro substituto do referido Grupo de Trabalho.

Sala das Sessões, em 23-3-88.

a) Roberto Purini, Líder do PMDB

PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

11.ª Legislatura

Ordem do dia

28 de março de 1988

37.ª Sessão Ordinária

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRÂMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 - Discussão e votação da Moção nº 346, de 1987, apresentada pelo deputado Sebastião Bogner, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser implantado sistema DDD em Santo Antonio da Alegria. Parecer nº 1008, de 1987, da Comissão de Transportes, favorável.

2 - Discussão e votação da Moção nº 378, de 1987, apresentada pelo deputado João do Pulo, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem instalados telefones públicos comunitários e/ou utilitários, nos centros comunitários e associações do Conjunto Habitacional "Capitão P.M. Alberto Mendes Jr.", em São Miguel Paulista, na Capital. Parecer nº 1422, de 1987, da Comissão de Transportes, favorável.

3 - Discussão e votação da Moção nº 452, de 1987, apresentada pelo deputado Valdemar Coraui Sobrinho, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser instalada emissora de rádio, em frequência modulada, em Ribeirão Preto. Parecer nº 50, de 1988, da Comissão de Transportes, favorável, com emenda.

4 - Discussão e votação da Moção nº 486, de 1987, apresentada pelo deputado Tadashi Kuriki, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser celebrado convênio com a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente para implantação da Ação Integrada à Saúde. Parecer nº 1612, de 1987, da Comissão de Saúde, favorável.

5 - Discussão e votação da Moção nº 511, de 1987, apresentada pelo deputado Wilson Toni, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser estudada legislação que objetive propiciar incentivos tributários às empresas que patrocinem atividades desportivas amadoras, na forma do anteprojeto, que especifica. Parecer nº 1738, de 1987, da Comissão de Esportes e Turismo, favorável.

6 - Discussão e votação da Moção nº 545, de 1987, apresentada pelo deputado Lobbe Neto, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser implantado sistema DDI em Santa Maria da Serra. Parecer nº 1563, de 1987, da Comissão de Transportes, favorável.

7 - Discussão e votação da Moção nº 559, de 1987, apresentada pelo deputado Ary Kara, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem cadastradas, através do Serviço de Patrimônio da União, as terras da faixa litorânea de Caraguatatuba. Parecer nº 1959, de 1987, da Comissão de Esportes e Turismo, favorável.

8 - Discussão e votação da Moção nº 596, de 1987, apresentada pelo deputado Mauro Bragato, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser estabelecida política de preço mínimo real para os produtos agrícolas, de acordo com os custos regionais. Parecer nº 1957, de 1987, da Comissão de Agricultura, favorável. (Em anexo a Moção nº 671, de 1987).

9 - Discussão e votação da Moção nº 610, de 1987, apresentada pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 1249, de 1987, apelando para o Sr. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho no sentido de ser criada e instalada Junta de Conciliação e Julgamento em Caraguatatuba. Em anexo as Moções de nºs 611 e 626, de 1987. Parecer nº 84, de 1988, da Comissão de Relações do Trabalho, favorável.

10 - Discussão e votação da Moção nº 639, de 1987, apresentada pelo deputado Miguel Martini, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser revista a destinação de recursos ao Programa Nuclear. Parecer nº 17, de 1988, da Comissão de Finanças, favorável.

11 - Discussão e votação da Moção nº 651, de 1987, apresentada pelo deputado Roberto Purini, apelando para a Assembleia Nacional Constituinte no sentido de ser incluído, na futura Constituição, dispositivo que garanta a contagem de tempo proporcional ao número de anos de serviços, aos funcionários e servidores que ingressaram no serviço público antes de 13/05/67. Parecer nº 1960, de 1987, da Comissão de Administração Pública, favorável.

12 - Discussão e votação da Moção nº 652, de 1987, apresentada pelo deputado Jurandyr Paixão Filho, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem atualizadas as normas que regulamentam o transporte de produtos químicos perigosos. Parecer nº 51, de 1988, da Comissão de Transportes, favorável.

13 - Discussão e votação da Moção nº 662, de 1987, apresentada pelo deputado Osvaldo Bettio, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser elevada a pensão mensal vitalícia paga aos trabalhadores rurais e de ser reduzido o limite de idade para a percepção desse benefício. Parecer nº 86, de 1988, da Comissão de Relações do Trabalho, favorável.

14 - Discussão e votação da Moção nº 710, de 1987, apresentada pela Comissão de Obras Públicas em seu Parecer nº 1762, de 1987, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem adotadas as propostas, que especifica, do Movimento Popular, por tarifa social de água e de energia elétrica.

28 de março de 1988

38.ª Sessão Ordinária

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo nº 1, de 1988, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer nº 68, de 1988, declarando insubsistentes as conclusões da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado, contidas no Processo nº 007/41-86, a que alude o ofício DEP/GP 46/88, da Presidência daquele Tribunal, que considerou ilegal o contrato celebrado entre a Polícia Militar e a firma Café Jaraguá Indústria e Comércio Ltda., objetivando o fornecimento de café, com dispensa de licitação e termo de retificação entre as mesmas partes. Parecer nº 103, de 1988, da Comissão de Fiscalização e Controle, favorável. (Prazo: 30/03/88).

2 - Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo nº 2, de 1988, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer nº 69, de 1988, declarando insubsistentes as conclusões da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado, contidas no Processo nº 30/80 - RUNESP, a que alude o ofício DEP/GP/47/88, da Presidência daquele Tribunal, que considerou ilegal o contrato celebrado entre a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" e a firma GVE - Planejamento, Fiscalização e Projetos S/C Ltda. Parecer nº 104, de 1988, da Comissão de Fiscalização e Controle, favorável. (Prazo: 30/03/88).

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRÂMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 - Discussão e votação do Projeto de lei nº 503, de 1987, apresentado pelo deputado Barros Munhoz, acrescentando dispositivo ao artigo 39 da Lei nº 5256, de 24/07/86, com o objetivo de estabelecer prazo para a distribuição dos recursos, da Loteria da Habitação, aos municípios. Pareceres nºs 1931, 1932 e 1933, de 1987, respectivamente das Comissões de Justiça, de Promoção Social e de Finanças, favoráveis.